

# Comunicação Política: o desafio das tecnologias da comunicação e da informação

Afonso de Albuquerque  
Universidade Federal Fluminense

## Introdução

Desde a década de oitenta (no Brasil, década de noventa) a Comunicação Política tem se afirmado como um campo de investigação muito fértil, resultante da convergência de duas disciplinas com tradições bastante distintas: a Ciência Política e a Comunicação. Tal colaboração tem produzido resultados estimulantes no estudo das estratégias que presidem o uso político dos meios de comunicação, de questões relacionadas à linguagem da comunicação política, além do impacto dos meios de comunicação sobre as instituições políticas tradicionais.

Sob a rubrica “estratégias”, incluem-se tanto estudos que tematizam a manipulação dos meios de comunicação em benefício de determinados agentes políticos, quanto estudos que analisam as maneiras pelas quais agentes políticos diversos se valem dos meios de comunicação para atingir seus objetivos políticos. Uma boa parte desses estudos diz respeito a estratégias que se verificam no contexto de disputas eleitorais, tendo em vista principalmente os meios de natureza jornalística ou a propaganda política na televisão (Lima, 1990; Jamieson, 1996; Trent & Freidenberg, 1991). Outros, dizem respeito a estratégias relativas a outros processos políticos, tais como o emprego dos meios de comunicação para a legitimação da atuação do governo ou demais grupos poderosos política ou economicamente (Bennett, 1988; Manheim & Albritton, 1984), ou às estratégias empregadas por movimentos de baixo status políticos para conquistar os holofotes dos *media* (Gitlin, 1980; Ryan, 1991; Wolfsfeld, 1991).

A rubrica “linguagens” também congrega uma grande diversidade de estudos, que têm por objeto principalmente a propaganda política e o jornalismo. Uma atenção especial tem sido dispensada (principalmente pela bibliografia americana) à história do desenvolvimento de técnicas de propaganda política, com ênfase para a televisão (Diamond & Bates, 1988; Kern, 1989). Uma forte ênfase tem sido dada também aos

processos de difusão dessas técnicas por diversos países, sendo que a hipótese da “americanização das campanhas eleitorais” é predominante a este respeito (Mancini & Swanson, 1996; Negrine & Papathanassopoulos, 1996; Kaid & Holtz-Bacha, 1995). As particularidades das legislações dos diversos países no tocante à propaganda política nos meios de comunicação também tem sido objeto de recorrente atenção (Kaid, Gerstlé & Sanders, 1991; Scammel & Semetko, 1995). O Brasil, em particular, tem servido como um interessante laboratório para o estudo do impacto das legislações sobre a linguagem da propaganda política nos meios de comunicação, dadas as sucessivas transformações que têm caracterizado o seu panorama legal neste sentido (Albuquerque, 1998, 1999). No caso do jornalismo, as questões de linguagem dizem respeito a aspectos da rotina da produção jornalísticas e de traços mais gerais como as qualidades narrativas das notícias (Fishman, 1980; Schlesinger, 1987; Tuchman, 1978).

Finalmente, uma terceira linha de investigação da Comunicação Política diz respeito ao impacto dos meios de comunicação sobre o modo de funcionamento das instituições políticas. Incluem-se aí estudos concernentes à relação que se estabelece entre os meios e os Poderes da República ou sobre a sua influência na maneira como esses poderes se relacionam entre si (Schudson, 1982; Hallin & Mancini, 1984; Cook, 1998, Chaia, 1995), ou, em termos mais amplos, sobre a relação que se estabelece entre os meios e a Democracia (Porto, 1997)

Se é verdade que, no seu conjunto, essas três linhas de investigação cobrem um espectro bastante amplo de questões, diversas outros problemas têm sido praticamente ignoradas pelo meio acadêmico. É este o caso de questões relativas aos fundamentos tecnológicos da Comunicação Política. Como regra geral, a Comunicação Política tem considerado os meios de comunicação como um todo indistinto, sem dar atenção aos problemas particulares que decorrem do uso das diferentes tecnologias da comunicação, ou ao impacto das transformações do ambiente tecnológico sobre os modos de se fazer e compreender a política. O argumento deste artigo é que, ao fazê-lo, ela deixa de considerar uma dimensão importante do fenômeno que investiga.

## **As tecnologias da comunicação em questão**

A pouca atenção dispensada pela Comunicação Política às tecnologias da comunicação e da informação é bastante compreensível, se considerarmos que durante muito tempo o tema foi pouco investigado pela área da Comunicação e que a maioria dos estudos realizados o explorou de modo simplista e superficial. A situação só começou a mudar recentemente, diante do impacto provocado pelo advento das tecnologias da comunicação baseadas no computador, particularmente a internet.

Com bastante frequência, os autores que se debruçam sobre o tema das tecnologias da comunicação as têm considerado como uma variável independente, que, ao longo da história, exerce uma influência determinante sobre as formas de organização social e de vida política, econômica e cultural. A obra de McLuhan é, neste sentido, exemplar.

Partindo da premissa de que os meios de comunicação são extensões dos sentidos humanos, McLuhan sugere que a escrita tipográfica marca uma ruptura em relação ao universo das sociedades tradicionais. Nestas sociedades, a percepção do mundo é fortemente dependente do sentido da audição, o qual, por sua vez, é inseparável do tato e da visão. Como consequência, os nativos dessas sociedades percebem-se como fortemente ligados uns aos outros e ao cosmos que os cercam. A tipografia, por sua vez, reduz a experiência “a um só sentido, o visual” (1977: 177). Ao padronizar os tipos, articulá-los segundo os princípios da linha de montagem e reproduzir textos em grande escala, a tipografia favorece a percepção da obra como um todo unificado e consolida a divisão de papéis entre autor - o produtor da obra - e o leitor - o seu consumidor. Ela estabelece, assim, as bases de uma experiência individualista e analítica do mundo. Para McLuhan, a escrita tipográfica constitui o fator crucial que explica o progresso tecnológico, a sociedade de mercado.

Em contraste, o rádio e a televisão induzem a um movimento de retribalização, embora de maneiras distintas. O rádio apresenta-se como um retorno à lógica do “tambor tribal”, indutora de um forte senso de união comunal. A televisão, com sua imagem em forma de mosaico e de pequena profundidade fornece uma experiência marcadamente “tátil” do mundo. O rádio é um meio “quente”; a televisão “frio”. Não obstante as

diferenças existentes entre eles, ambos atuam, grosso modo, mesma direção: “O modo ocidental de vida, conseguido depois de séculos de rigorosa separação e especialização dos sentidos - com o sentido da visão dominando a hierarquia - não resiste às ondas do rádio e da TV, que devassam a grande estrutura visual do Homem individual abstrato” (1995: 354).

Conquanto McLuhan não se posicione claramente contra ou a favor das tecnologias da comunicação que analisa, uma parcela significativa dos autores que se debruçam sobre o tema o fizeram de modo entusiasmado. Não obstante o evidente interesse que despertou no público em geral, o desenvolvimento das tecnologias de teledifusão (rádio e televisão) foi recebido com enorme apreensão por um amplo arco de autores - a lista inclui autores com perspectivas tão distintas entre si quanto as de Popper (1977) e Adorno e Horkheimer (1985).

Perspectivas tecnofóbicas mais recentes incluem também entre os seus alvos também as tecnologias da comunicação baseadas no computador. A obra de Virilio é particularmente expressiva desta tendência. Para ele, a internet é fruto do Pentágono, de um projeto de militarização da ciência. Ela se vale da automatização da interatividade para produzir controle social (Virilio: 1996).

Ao contrário do que acontece com as tecnologias da teledifusão, porém, nas análises produzidas sobre as tecnologias da comunicação e da informação, as perspectivas tecnófilas rivalizam ou mesmo superam as tecnófobas. A obra de George Landow (1997a; 1997b) fornece um dos exemplos mais consistentes da tecnofilia aplicada ao computador. Identificando uma significativa convergência de perspectivas entre duas tradições intelectuais totalmente distintas entre si, a pesquisa relativa ao hipertexto -conduzida fundamentalmente por tecnólogos e engenheiros americanos como Vanevar Bush e Theodor Nelson - e a teoria literária de cunho pós-estruturalista - cujos nomes referenciais são os franceses Jacques Derrida, Roland Barthes e Michel Foucault - Landow identifica no hipertexto uma tecnologia de caráter essencialmente libertário. Para Landow, a estrutura de links e nós que caracteriza os hipertextos permite a criação de textos abertos e, desta maneira, reconfigura os papéis do autor e do leitor: o hipertexto minaria as bases autoridade absoluta do autor, uma vez que possibilitaria ao leitor percorrer seus próprios trajetos na leitura, e reinterpretar de modo bastante autônomo o significado do texto.

## **Tecnologias e teorias da comunicação: mudanças de paradigma**

As diferentes abordagens expostas acima têm em comum o fato de se basearem em projeções ou juízos genéricos sobre os usos potenciais das tecnologias da comunicação e da informação e, por este motivo, são incapazes de ir além dos aspectos superficiais do fenômeno que investigam. Para fazê-lo, é necessário considerar tais tecnologias tendo em vista o seu contexto cultural, a fim de evidenciar os modos concretos com que elas são apropriadas, ou o modo como o seu significado é socialmente construído. Recentemente, alguns avanços têm sido feitos neste sentido: estudos sobre o computador como meio de comunicação têm servido de base à revisão de alguns paradigmas básicos da área da Comunicação.

Historicamente, o interesse pela Comunicação como campo de investigação específico está ligado ao desenvolvimento das tecnologias da teledifusão (rádio e televisão). Chamou a atenção, desde o início, o fato de que tais tecnologias capacitavam um conjunto limitado de agentes a transmitir mensagens para um público potencialmente infinito. Para dar conta deste problema, dois referenciais teóricos foram frequentemente acionados: o modelo E-M-R (emissor-mensagem-receptor) e o conceito de “Comunicação de Massa”. A influência do conceito de “Comunicação de Massa” diminuiu consideravelmente a partir da década de oitenta, em parte devido ao declínio do conceito correlato de “Sociedade de Massa” e em parte devido à expansão das tecnologias de comunicação segmentada (TV a cabo, por exemplo).

O modelo E-M-R, porém, permanecia inabalável. É verdade que mudou a maneira de se interpretar o modelo. Inicialmente a atenção se voltava principalmente para o problema do poder do emissor, quer para afirmá-lo (teoria da agulha hipodérmica, análises que relacionam rádio e fascismo, etc.), quer para relativizá-lo (teoria dos efeitos limitados). Em seguida, deu-se grande atenção a questões relativas à mensagem, tendo em vista os seus fundamentos culturais ou ideológicos, ou a sua relação com os interesses dos emissores ou setores sociais a eles relacionados. Finalmente, a partir dos anos oitenta, uma grande atenção passou a ser dada ao problema da recepção: longe de recipientes vazios como os descritos na teoria da agulha hipodérmica, os receptores passaram a ser

representados como ativos na interpretação das mensagens veiculadas pelos meios (Hall, 1980). Naturalmente, houveram alguns desafios ao modelo dominante, o mais sólido deles sendo representado pelo conceito de “dialogismo” de Bakhtin (Bakhtin, 1999; Newcomb, 1991). Entretanto, elas permaneceram minoritárias e, na prática, tenderam a ser incorporadas como adendos ao modelo dominante.

O modelo E-M-R não se aplicava apenas às tecnologias da teledifusão, mas também à tecnologia da imprensa, uma vez que ambas potencializam um pequeno número de emissores a divulgar mensagens para um grande público. Como consequência, as diferenças entre as diversas tecnologias da comunicação tenderam a ser abafadas em favor da categoria genérica de *media*.

A explosão da comunicação mediada pelo computador trouxe novos problemas teóricos ao campo da Comunicação, para os quais o modelo E-M-R não era capaz de fornecer soluções satisfatórias. O mais evidente desses problemas diz respeito à característica de *interatividade* que, como regra geral, é associada ao computador como meio de comunicação. O conceito de interatividade descreve transformações concretas na maneira pela qual o usuário interage com as tecnologias da comunicação, mas o faz de maneira imprecisa e superficial. É verdade que o usuário do computador adota uma postura muito mais ativa diante do meio de comunicação do que o usuário da televisão, mas não que ele interaja com o computador, simplesmente porque este não é um agente de direito próprio. O modo como o termo “interatividade” é correntemente utilizado no meio acadêmico traduz a importação a-crítica de definições da indústria da informática por parte deste (Aarseth, 1997; Jensen, 1999).

Não se trata, aqui, de defender a total inutilidade do conceito de “interatividade”, mas, apenas, de contestar a pretensão de que ele constitui um conceito-chave para o entendimento do computador como meio de comunicação. Assim como outros termos oriundos da indústria da informática - “amigabilidade”, por exemplo - o termo “interatividade” estimula uma perspectiva fetichizada acerca do computador, uma vez que lhe atribui propriedades caracteristicamente humanas. Sendo assim, o postulado da interatividade é inútil para ajudar a entender as especificidades tecnológicas que fazem do computador um meio de comunicação tão particular.

E quais seriam tais especificidades? A mensagem do computador se caracteriza por se dirigir simultaneamente a dois destinatários: ela deve ser entendida pelos seus usuários humanos e decodificada pela própria máquina.

A decodificação pela máquina exige que a mensagem seja passível de se converter em impulsos elétricos (e vice-versa). Para tal, ela se baseia em uma dupla estrutura: 1) uma sintaxe universal constituída pelo uso do sistema binário, no qual, em última análise, o número 0 equivale à posição “desligado” e o 1 à posição “ligado”; 2) semânticas particulares, correspondentes aos diversos programas de computador, que dão conta de apropriações específicas da sintaxe geral para o cumprimento de tarefas determinadas.

Tais características dão conta de explicar o computador como um sistema de informação, mas não como um meio de comunicação. Para fazê-lo é necessário incorporar um terceiro elemento à equação: o conceito de *interface*. Por interface entende-se o conjunto dos programas que traduzem as instruções matemáticas operacionalizados pelo computador em termos inteligíveis pelos seus usuários humanos. No início, os computadores, máquinas caras e gigantescas, eram operados por técnicos através de um sistema de cartões perfurados. O desenvolvimento de interfaces do tipo “linhas de comando” (UNIX e DOS, por exemplo) representou um avanço a este respeito, constituindo-se em uma pré-condição para a comercialização em grande escala dos computadores pessoais, na década de 70. Ainda assim, as interfaces do tipo “linha de comando” constituíam instrumentos esotéricos, cuja operacionalização, mesmo em nível básico, exigia um aprendizado necessariamente lento de linguagens bastante complexas. Isto por certo limitou bastante a expansão do mercado dos computadores pessoais e sua efetiva utilização como meio de comunicação.

Tal obstáculo foi superado com o desenvolvimento das interfaces gráficas que, baseadas no princípio do *bitmapping*, não somente permitiram a representação visual dos dados digitais do computador, mas também criaram a ilusão da sua manipulação direta pelo usuário (Johnson, 1997). O desenvolvimento das interfaces permitiu não apenas que o computador se convertesse em um meio de comunicação - capaz de converter *bits* em imagens, sons, texto - mas também propiciou as condições tecnológicas para a sua popularização. Não é por acaso que “1984” a propaganda de lançamento do Macintosh no mercado, o apresentava como “o computador para o resto de nós”, um instrumento a

serviço da libertação individual em oposição à tirania do Grande Computador - leia-se IBM (Johnson, 1997).

Ao mesmo tempo em que facilitam a operacionalização do computador, porém, as interfaces se constituem como obstáculos que se interpõem entre os usuários e os programas que eles operam. O fato de elas permitirem aos usuários participar de maneira *ativa* do processo de comunicação não indica que essa participação se faça de maneira *autônoma*, uma vez que eles operam “pacotes” tecnológicos/simbólicos cujo funcionamento escapa ao seu controle (Albuquerque e Sá, 2000).

A lógica das interfaces distingue claramente o computador dos outros media. De que tipo de meio de comunicação se trata o computador? Alguns autores buscaram no conceito de *multimedia* (ou multimeios) a resposta para a questão. Para eles, o computador se caracterizaria por fundir as formas expressivas características aos demais meios de comunicação existentes (Miles, 1997). Para outros autores, porém, tal definição parece insuficiente para contemplar as especificidades do computador como meio de comunicação. Segundo Kay e Goldberg (1999), o computador deve ser entendido antes como um *metameio*, capaz de reproduzir conteúdos de uma ampla gama de meios existentes ou ainda não inventados.

Outros autores vão além e propõem, na caracterização do computador como meio de comunicação, a substituição do paradigma *aditivo* pelo modelo do espaço *imersivo*, o qual destacaria três características específicas do computador como meio de comunicação: “a *imersão* do usuário em cenários criados pelo meio; a *agência*, ou seja, a capacidade de o usuário intervir na trama ativamente, dentro de parâmetros pré-estabelecidos; e a *transformação*, isto é, o estado de constante mutabilidade a que estão sujeitos todos os objetos vivenciados através do computador” (Murray, 1997).

Tal concepção tem consequências importantes no tocante à própria definição de meio de comunicação: ao invés de caracterizá-lo como uma instância intermediária entre emissor e receptor - o *veículo* que transmite mensagens de um para outro - como no modelo E-M-R, ele passa a ser entendido como um *meio ambiente* - tecnologicamente constituído - a ser explorado ativamente pelo usuário. Tal perspectiva obriga a que se considere mais aprofundadamente o problema da natureza dos meios de comunicação - e, em particular, seus fundamentos tecnológicos - através dos quais as mensagens circulam.



## 2) Tecnologias da Comunicação e Política

Na parte final deste artigo, nos limitaremos a desenvolver algumas observações pouco sistemáticas e não conclusivas acerca da importância de se considerar a tecnologia como um fator na análise da comunicação política. Consideraremos, aqui, exemplos relativos a duas tecnologias da comunicação muito pouco exploradas pelos estudos de comunicação política: a imprensa e o computador.

### **Imprensa**

Pode causar espanto a sugestão de que a imprensa constitui um objeto pouco investigado pela comunicação política. Por isso é preciso esclarecer que o termo “imprensa” não é utilizado aqui como um sinônimo de “instituição jornalística” (como, por exemplo, na expressão monstruosa “imprensa escrita, falada e televisada”), mas no seu sentido estrito, de “escrita tipográfica”. Feito o esclarecimento, ainda assim é possível que o espanto se mantenha. Afinal, a escrita tipográfica é tudo, menos uma “nova tecnologia”, cujos efeitos sobre a nossa vida seriam ainda desconhecidos. Por que, então, o seu impacto sobre vida política seria tão pouco estudado?

Justamente por causa da “naturalidade” de que a escrita tipográfica se reveste para nós, alfabetizados (e isto é particularmente verdadeiro para os participantes do meio acadêmico). Por conta disso, nos é muito difícil perceber a escrita tipográfica como uma tecnologia (e mais ainda como uma tecnologia revolucionária). Para fazê-lo, é necessário contar com um referencial distante da nossa própria realidade. O contraste com as culturas orais primárias fornece, a este respeito, algumas indicações interessantes. Seguem-se algumas observações - muito breves - a este respeito.

Nas culturas orais, as palavras não são vivenciadas como conceitos abstratos - como em um dicionário - mas são inseparáveis da sua sonoridade e das circunstâncias concretas da sua enunciação. Dado que o som se deixa experimentar apenas de forma evanescente, as culturas orais exigem um intenso esforço coletivo para a perpetuação das palavras e dos sentidos que elas veiculam. Elementos rítmicos e fórmulas narrativas desempenham um papel crucial neste sentido (Ong, 1998).

A escrita, por sua vez, permite que a linguagem se projete no espaço, na medida em que ela se torna inscrita em suportes duráveis. É apenas a partir do advento da escrita que se pode falar apropriadamente da existência de “textos”, de alguma maneira autônomos dos seus autores e dos seus leitores. A escrita projeta signos sobre um suporte que, do ponto de vista do usuário, se apresenta como dotado de existência objetiva. Duas consequências importantes se sucedem. Por um lado, a escrita se afigura como um instrumento de objetivação e espacialização do pensamento, o que aumenta significativamente o potencial analítico da linguagem; por outro lado, experimentados como suportes “objetivos”, tais textos permitem que se destaque a “subjetividade” dos seus autores e a individualidade dos seus leitores.

Embora tais possibilidades sejam inerentes à escrita não se pode falar em “cultura escrita” senão a partir do advento da tecnologia da imprensa. A razão mais evidente é que os documentos manuscritos são acessíveis a um público muito restrito, o que reduz sobremaneira o seu potencial impacto transformador em relação à cultura oral. Além disso, as características do texto manuscrito o mantém próximo demais do seu escritor - o qual não necessariamente corresponde ao autor - e do seu leitor para que ele seja percebido como um texto “autônomo”. Cada reprodução de um texto possuía características próprias, a começar pela caligrafia do escritor, dado que reforça a unicidade do escrito como *objeto*, em detrimento da sua dimensão mais “intelectual”, como texto supostamente dotado de uma universalidade. Além disso, tais textos eram visualmente pouco claros - tomando-se como referencial os textos impressos - o que exigia um considerável esforço de interpretação por parte do leitor. Finalmente, a imersão desses textos em uma cultura fundamentalmente oral privilegiava hábitos de leitura - em voz alta, frequentemente para um público - diferentes dos que possuímos hoje.

Em contraste, a tecnologia da imprensa permitiu a produção de cópias idênticas de textos em larga escala, o que viabilizou a democratização da leitura. Além disso, a clareza característica da impressão, a regularidade da distribuição das letras (tipos) pelo espaço impresso contribuíram para favorecer a percepção das idéias como “claras e distintas”. O livro visualmente ordenado e analiticamente produzido - através da composição de tipos - fornecia, em si mesmo, o modelo de um mundo ordenado e passível de ser descortinado pelo uso da razão. Some-se a isso o caráter portátil do livro e o desenvolvimento de

hábitos de leitura privada e silenciosa - que favoreceram uma apropriação individualista da leitura - além da transformação da impressão em um negócio de grandes proporções - fator crucial no desenvolvimento do sentido de autoria e de *copyright* tal como existem atualmente - e teremos um quadro geral (ainda que muito simplificado) do impacto cultural da tecnologia da impressão.

Ainda que o advento da imprensa seja genericamente descrito como um marco fundador da modernidade, poucos estudos investigaram sistematicamente o seu impacto sobre os diversos campos da atividade humana, aí incluído o campo da política. Correlações entre o advento da imprensa e a Reforma protestante (Eisenstein, 1998) ou a formação do Estado-Nação como *comunidade imaginada* (Anderson, 1983) são antes exceções do que a ilustração de uma regra geral.

O problema da alfabetização e suas consequências políticas não é, por certo, ignorado pelos estudos sobre a política. Entretanto, tais estudos tendem a se concentrar sobre o problema menos sob o prisma dos efeitos transformadores da aquisição de uma tecnologia intelectual específica por determinados grupos sociais que sob o prisma do analfabetismo e as suas consequências negativas (exclusão social, restrição à cidadania, etc.). Neste caso, a tecnologia da escrita não é colocada em questão: ao contrário, é considerada como um dom que todos deveriam ter (e, portanto, em alguma medida “natural”) e que, entretanto, alguns não têm.

Em linhas gerais, as análises realizadas acerca da organização e da cultura políticas americanas têm demonstrado maior aptidão para considerar a tecnologia como um fator relevante do que as demais, e isto se aplica também à imprensa. Ainda que não se prenda explicitamente ao fator tecnológico, Tocqueville observa que, nos Estados Unidos, os jornais desempenharam um papel fundamental na constituição de associações, indispensáveis para o estabelecimento de uma sociedade em bases individualistas (1977: 394-397).

Não é por acaso que o princípio constitucional da liberdade de expressão se confundiu tão intimamente com liberdade de imprensa nos Estados Unidos. A imprensa não somente desempenhou um papel fundamental no processo de independência americana como, desde cedo, foi identificada como um dos principais sustentáculos da vida republicana. Para Thomas Jefferson, os jornais eram mais importantes que o governo

para a existência de uma república, uma vez que a base da vida republicana residia na opinião pública. Jefferson identificava nos jornais o potencial para servirem como extensões das reuniões de cidadãos, a substância de um ideal de comunicação democrática. Isso ajuda a explicar o notável desenvolvimento experimentado pela imprensa nos Estados Unidos a partir da Declaração da Independência. O número de jornais no país aumentou de cerca de 45 de então para aproximadamente 200 em 1800 e daí para 1200 em 1835 (Nerone, 1993).

O que geralmente se perde de vista é o fundamento tecnológico de uma tal crença. Se é verdade que a escrita permite dar substância aos princípios abstratos que constituem a lei, é somente a imprensa - entendida no sentido geral de tecnologia da escrita impressa - que permite que tais princípios adquiram visibilidade pública. O documento manuscrito é, por sua própria natureza, restrito a poucos: ele se presta, portanto à concentração da autoridade interpretativa e do poder que dela resulta. O documento impresso permite que as leis e a sua interpretação ultrapassem as fronteiras dos seus *loci* originais - arquivos e bibliotecas de acesso restrito - e se tornem acessíveis a todos - todos quanto dominem a tecnologia da leitura, naturalmente.

A imprensa idealizada por Jefferson não definia o seu compromisso fundamental com a defesa de opiniões partidárias ou com a busca de fatos objetivos. Ao contrário, era esperado dela que proporcionasse um acesso total aos textos, guardando em relação a eles uma atitude passiva e transparente (Cook, 1998). Tal concepção de imprensa tem muito pouco em comum com o jornalismo impresso dos dias de hoje. Ela diz respeito, antes, a um juízo sobre o potencial de publicidade da tecnologia da imprensa.

## **Computador**

Os problemas que se apresentam para análise da influência da tecnologia do computador são diametralmente opostos aos que se apresentam no caso da imprensa. Ainda que a sua presença em nossas vidas se faça sentir a cada momento de maneira mais intensa, os computadores ainda são percebidos como uma “nova tecnologia” da comunicação e da informação, no sentido de tecnologias pouco familiares. Percebemos o

potencial transformador dessa tecnologia, mas não somos capazes ainda de dimensionar o seu alcance.

Não resta dúvida, porém, que questões políticas relevantes acompanham o desenvolvimento do computador desde a sua origem. A questão liberdade/controle é central na teoria da informação. Para esta, o *bit*, unidade elementar da informação, dá conta de uma alternativa básica - a escolha entre duas possibilidades. Quanto mais *bits*, maior a possibilidade de escolha. A informação, portanto, “representa a liberdade de escolha que temos ao construir uma mensagem” (Eco, 1997). Para que tal liberdade possa se traduzir em informação manuseável, porém, é necessário que intervenha um outro elemento: o código. O seu papel é estabelecer padrões de operação, sem os quais a comunicação seria impossível. O código se traduz, pois, em um elemento de controle, que favorece a eficiência comunicacional em detrimento da liberdade.

À primeira vista pode parecer difícil extrair consequências políticas de noções de liberdade e controle formuladas de maneira tão técnica. Trata-se, porém, de uma questão muito menos bizantina do que poderia parecer a princípio. Dado que a nossa relação com o mundo é, cada vez mais, mediada por computadores e que a nossa relação com estes é mediada por *softwares*, o problema do controle revela-se fundamental. Como vimos mais acima, opera-se, no manuseio dos *softwares*, um paradoxo fundamental: a nossa atividade (que produz a ilusão de liberdade) se faz ao preço da nossa autonomia, uma vez que operamos pacotes tecnológicos criados por outros (os programadores) e que funcionam à nossa revelia. É cabível interrogar em que medida se pode considerar os *softwares* como um espaço de reprodução da ideologia, no sentido que Althusser dá ao termo: “ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença” (1983: 92).

Em termos concretos, a disputa política em torno do problema dos *softwares* tem no Movimento do Software Livre uma das suas principais expressões. Temerosos das dimensões que um tal controle pode assumir em uma sociedade oligopolizada e globalizada, os militantes desse movimento fazem dos programas de código aberto a trincheira principal da defesa do computador como instrumento libertário, antes que totalitário. Os *cookies* - sistemas de vigilância que registram os passos percorridos pelos

usuários e os informam às instâncias interessadas - são frequentemente citados como exemplos concretos da ameaça totalitária dos *softwares* em um contexto oligopolizado.

Uma variante desta disputa pode ser encontrada nos debates travados no Brasil sobre os dispositivos eletrônicos de votação. Para muitos, o uso de tais dispositivos é potencialmente perigoso, na medida em que os *softwares* utilizados em tais máquinas estão sujeitos à manipulação por parte de agentes interessados em distorcer a manifestação da vontade popular em proveito de seus próprios candidatos. O caso Proconsult, ocorrido na apuração dos votos para o governo do Estado do Rio de Janeiro em 1982 demonstra que tais temores não são de todo infundados. Em compensação, a ausência de uma infraestrutura tecnológica adequada para a votação foi responsabilizada como um dos principais fatores (senão o principal) da constrangedora indefinição quanto ao resultado final que caracterizou as eleições presidenciais de 2000 nos Estados Unidos.

Por outro lado, a comunicação mediada pelo computador tem sido apontada com muita frequência como um recurso capaz de ampliar o debate político. Um exemplo disso é a proposição - feita por Ess (1997), dentre outros autores - de que o hipertexto pode se constituir como um instrumento de viabilização da ética da ação comunicativa proposta por Habermas, dadas as suas características essencialmente colaborativas e anti-autoritárias.

Outro exemplo diz respeito às possibilidades que a comunicação mediada por computador apresenta para os ativistas políticos. Conforme diversos autores observaram, a relação dos ativistas com os meios de comunicação de massa tem sido marcada por uma ambiguidade fundamental: por um lado, o acesso a eles constitui uma condição necessária para que possa divulgar a sua mensagem para o grande público; por outro lado, tal acesso não é simples, uma vez que a cobertura dos *media* tende a naturalizar o *status quo* e a retratar perspectivas alternativas como desviantes e potencialmente ameaçadoras. Em grupos com recursos limitados ou baixo status social, o acesso aos meios cobra dos ativistas o preço de confirmar os estereótipos a eles associados, tais como, por exemplo, a violência (Halloran, Elliott & Murdock, 1970; Gitlin, 1980). Mesmo para os demais grupos, o acesso aos meios noticiosos exige que eles adotem comportamento noticiáveis, isto é, satisfaçam às convenções que definem uma notícia como “interessante” (Gans, 1979; Tuchman, 1978).

O computador ligado em rede apresenta, a este respeito, uma alternativa atraente, uma vez que permite aos ativistas divulgar mensagens para um amplo público, com um custo relativamente baixo e não implica na obrigação de negociar com os critérios de noticiabilidade das organizações mediáticas. É preciso, porém, evitar expectativas exageradas quanto às possibilidades apresentadas pela tecnologia. Para começar, o acesso ao computador é ainda quantitativamente limitado e - na maior parte dos países - restrito aos grupos com bom poder aquisitivo. Por outro lado, o fato de os ativistas poderem se dirigir diretamente ao seu público não elimina a necessidade de se recorrer a fórmulas dramáticas para conquistar a sua atenção (Sá e Albuquerque, 2000).

## **Conclusão**

Ao longo deste artigo tecemos algumas considerações acerca da importância de se considerar questões relativas às tecnologias da comunicação e da informação utilizadas na comunicação política. O advento da comunicação mediada por computador põe em cheque a naturalidade do modelo E-M-R e obriga a uma redefinição do próprio conceito de “meio de comunicação” - de intermediário entre um emissor e um receptor para um meio ambiente tecnológico a ser explorado pelo usuário.

Considerar a tecnologia como um fator importante para a análise não implica em tomá-la como um fenômeno dotado de autonomia e menos ainda como tendo um caráter determinante sobre as práticas e representações. O verdadeiro desafio que se apresenta à comunicação política é entender como as cambiantes tecnologias da comunicação e da informação são instrumentalizadas pelos agentes políticos e que tipo de representação eles constituem acerca delas.

## **Bibliografia**

- AARSETH, Espen J. (1997) *Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature*. The Johns Hopkins University Press.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ALBUQUERQUE, Afonso de (1998). “Spots Políticos: Americanização da Propaganda Política Brasileira?” *Textos de Cultura e Comunicação*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. (39): p. 113-129.
- ALBUQUERQUE, Afonso de (1999). *"Aqui você vê a verdade na tevê": A propaganda política na televisão*. Niterói: MCII (Publicações do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação).

- ALBUQUERQUE, Afonso de & SÁ, Simone Pereira de (2000). Hipertextos, Jogos de Computador e Comunicação. *Revista Famecos*. Nº 13, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London; New York: Verso.
- BENNETT, W. Lance (1988). *News: the Politics of Illusion*, sec. ed., New York & London: Longman.
- BLUMLER, Jay G., KAVANAGH, Dennis, NOSSITER, T.J (1996). Modern Communications versus Traditional Politics in Britain: Unstable Marriage of Convenience. In SWANSON, David L. & MANCINI, Paolo. *Politics, Media and Modern Democracy: an International Study of Innovations in Electoral Campaigning and their Consequences..* Westport, London: Praeger, p.49-72.
- CHAI, Vera (1995). A Imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo. *Revista de Ciências Humanas* v. 13, nº 17 e18, p. 67-81, Florianópolis.
- COOK, Timothy E. (1998) *Government with the News: The News Media as a Political Institution*. Chicago: University of Chicago Press.
- DIAMOND, Edwin & BATES, Stephen (1988): *The spot: the rise of political advertising on television* (rev. ed). Cambridge (MA) & London: The MIT Press.
- ECO, Umberto (1997). *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 8ª ed.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. (1998) *A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora Ática.
- ESS, Charles (1997). El ordenador político. Hipertexto, democracia y Habermas. In LANDOW, Georges. *Teoria del Hipertexto*. Barcelona: Paidós, p. 259-303.
- FISHMAN, Mark. *Manufacturing the news*. Austin: University of Texas Press, 1980.
- GANS, Herbert (1979). *Deciding What's News: a Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon Books.
- GITLIN, Todd (1980). *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making & Unmaking of the New Left*. Berkeley: University of California Press.
- HALL, Stuart (1980). "Encoding/decoding" In HALL, Stuart & alii. *Culture, Media, Language*. London/Birmingham: Hutchinson/CCCS.
- HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo (1984). "Speaking of the President: political structure and representational form in U.S. and Italian television news". *Theory and Society*, 13, p. 829-850.
- JAMIESON, Kathleen Hall. (1996) *Packaging the Presidency: A History and Criticism of Presidential Campaign Advertising*. New York: Oxford University Press, 3<sup>rd</sup>. ed.
- KAID, Lynda Lee; GERSTLÉ, Jacques & SANDERS, Keith R. *Mediated Politics in Two Cultures: Presidential Campaigns in the United States and France*. New York: Praeger, 1991.
- KAID, Lynda Lee & HOLTZ-BACHA, Christina. "A comparative perspective on political advertising: media and political system characteristics". In KAID, Lynda Lee & HOLTZ-BACHA, Christina (ed.) *Political advertising in western democracies: parties & candidates on television*: Thousand Oaks, London & New Delhi: Sage, 1995, p. 8-18.
- KAY, Alan & GOLDBERG, Adele. Personal Dynamic Media. In MAYER, Paul (org.) *Computer Media and Communication: a Reader*. Oxford (NY). Oxford University Press, p. 111-119.
- KERN, Montague (1989). *30-second politics: political advertising in the eighties*. New York: Praeger.
- LANDOW, Georges (1997a). Que puede hacer el crítico? La teoría crítica en la edad del hipertexto. In LANDOW, Georges. *Teoria del Hipertexto*. Barcelona: Paidós, p. 17-68.
- LANDOW, Georges (1997b). *Hypertext 2.0*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press.



- LIMA, Venício A. de (1990). “Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989”. *Comunicação e política*, São Paulo, ano 9, nº 11, p. 29-54.
- MANCINI, Paolo & SWANSON, David L (1996). Politics, Media, and Modern Democracy: introduction. In SWANSON, David L. & MANCINI, Paolo. *Politics, Media and Modern Democracy: an International Study of Innovations in Electoral Campaigning and their Consequences*. Westport, London: Praeger, p. 1-26.
- MANHEIM, Jarol B. & ALBRITTON, Robert B. “Changing National Images: International Public Relations and Media Agenda Setting”. *American Political Science Review*, 78, 1984, p.641-657.
- MILES, David (1999). The CD-ROM Novel *Myst* and McLuhan’s Fourth Law of Media: *Myst* and its “Retrievals”. In MAYER, Paul (org.) *Computer Media and Communication: a Reader*. Oxford (NY). Oxford University Press, p. 307-319.
- MURRAY, Janet H. (1997) *Hamlet on the Holodeck: the Future of the Narrative in Cyberspace*. Cambridge (Mass.): The MIT Press.
- NEGRINE, Ralph & PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos (1996). The “Americanization” of Political Communication: a Critique. *Press/Politics* 1 (2), p. 45-62.
- NERONE, John C. (1993) “A Local History of the Early U.S. Press: Cincinnati, 1793-1848. In SOLOMON, William S. & McCHESNEY, Robert W. (eds.). Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 38-65.
- NEWCOMB, Horace. On Dialogical Aspects of Mass Communications. In AVERY, Robert K. & EASON, David. *Critical Perspectives on Media and Society*. New York, London: The Guilford Press, 1991, p. 69-87.
- ONG, Walter (1998). *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papirus, 1998.
- POPPER, Karl (1977). *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- PORTO, Mauro Pereira (1997). “Os mídia e a legitimidade da democracia no Brasil”. *Mídia e cultura*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- RYAN, Charlotte (1991). *Prime Time Activism: Media Strategies for Grassroots Organizing*. Boston: South End Press.
- SÁ, Simone Pereira de & ALBUQUERQUE, Afonso de (2000). A tragédia dos ursos e outras mensagens: observações sobre a e-política e a globalização. In Fausto Neto, Antonio; Antonio Hohlfeldt; José Luiz Aidar Prado & Sérgio Dayrell Porto (org.) *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: Ed.PUC/RS. Compós. Vol. 1, p. 143-181.
- SCAMMELL, Margaret & SEMETKO, Holli A. “Political advertising on television: the british experience”. In KAID, Lynda Lee & HOLTZ-BACHA, Christina (ed.) *Political advertising in western democracies: parties & candidates on television*: Thousand Oaks, London & New Delhi: Sage, 1995, p. 19-43.
- SCHLESINGER, Philip (1987). *Putting “Reality” Together*. London & New York: Routledge.
- SCHUDSON, Michael (1982). “The politics of narrative form: the emergence of news conventions in print and television”. *Daedalus* 111 (4), p. 97-112.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1977). *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- TRENT, Judith S. & FREIDENBERG, Robert V (1991). *Political Campaign Communication: Principles and Practices*. New York: Praeger, 2<sup>nd</sup> ed.
- TUCHMAN, Gaye (1978). *Making News: a Study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press.
- WOLFSFELD, Gadi (1991). *Media, Protest, and Political Violence: a Transactional Analysis*. Austin: Association for Education in Journalism and Mass Communication, (Journalism Monographs, 127).
- VIRILIO, Paul (1996). *Cybermonde: la politique du pire*. Paris: Textuel.